

REPORTAGEM

Reforma tributária desafia contadores no terceiro setor

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

Profissionais da Contabilidade e organizações do terceiro setor já se mobilizam diante do início da transição da reforma tributária. Embora as imunidades constitucionais das entidades sem fins lucrativos estejam preservadas no novo modelo, o processo de adaptação às novas regras exigirá mudanças operacionais, revisão de controles internos e acompanhamento permanente da regulamentação complementar. Para o coordenador da Comissão de Estudos do Terceiro Setor do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), Roberto Medeiros, o momento reforça ainda mais o papel estratégico dos contadores dentro das instituições sociais.

Segundo Medeiros, a reforma representa um período de transformação que vai além das questões fiscais e alcança diretamente a gestão das organizações. “A reforma tributária exige planejamento e acompa-

nhamento contínuo durante todo o período de transição. Mais do que uma mudança fiscal, ela impactará processos, controles e a gestão das organizações”, afirma.

Na avaliação do coordenador, um dos principais desafios será justamente adaptar as entidades às novas exigências operacionais sem comprometer projetos sociais já em andamento. Muitas organizações trabalham com orçamentos previamente definidos, tanto em contratos públicos quanto em financiamentos privados, o que pode exigir readequações financeiras e administrativas ao longo da implementação do novo sistema tributário.

“A principal preocupação é compreender os impactos que eventuais aumentos de custos poderão gerar nas atividades e projetos desenvolvidos pelas organizações”, destaca Medeiros. Ele observa que, nesse cenário, o profissional da Contabilidade terá papel decisivo na análise dos impactos econômicos, na orientação dos gestores e na preservação da regulari-

dade das entidades.

Apesar de reconhecer que ainda existem dúvidas em relação à regulamentação prática do novo modelo, Medeiros afirma que a insegurança jurídica não se restringe ao terceiro setor, mas atinge praticamente todos os segmentos econômicos. “As imunidades constitucionais permanecem preservadas. Contudo, ainda existem dúvidas sobre a operacionalização prática desses benefícios no novo modelo tributário”, explica.

Entre as mudanças que devem alterar a rotina das instituições está o fortalecimento da rastreabilidade das informações fiscais e contábeis. Mesmo operações imunes ou com alíquota zero deverão observar novas exigências de documentação e controle, ampliando a necessidade de sistemas mais organizados e informações mais detalhadas.

“As entidades do terceiro setor, assim como as demais organizações privadas, observam as exigências de documentação e registro aplicáveis

às suas atividades. Com a reforma tributária, a rastreabilidade das informações tende a ganhar ainda mais relevância”, ressalta.

O princípio do destino aplicado ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) também deverá aumentar a complexidade para entidades que atuam em mais de um estado. Conforme Medeiros, isso exigirá controles internos mais eficientes e maior capacidade técnica para interpretar as novas regras tributárias.

No entendimento do coordenador, a reforma reforça uma característica que já faz parte da atuação dos contadores no segmento social: a proximidade com a gestão das instituições. “O profissional contábil exerce uma função superior ao simples cumprimento das obrigações legais”, observa. Segundo ele, as particularidades das entidades exigem profissionais capazes de compreender projetos, fontes de recursos, prestações de contas e requisitos de conformidade.

A preocupação do Conselho também se concentra nas pequenas organizações, que frequentemente possuem estrutura técnica e financeira limitada para atender às novas obrigações acessórias previstas pela legislação. Para Medeiros, o processo de profissionalização da gestão será cada vez mais necessário para garantir sustentabilidade e conformidade. “Muitas organizações de pequeno porte possuem limitações de estrutura e recursos. O suporte dos profissionais da Contabilidade será essencial para auxiliar as entidades na adaptação às novas exigências”, afirma.

Diante desse cenário, o CRCRS pretende ampliar ações de capacitação e orientação técnica voltadas aos profissionais que atuam no Terceiro Setor. A Comissão de Estudos do Terceiro Setor trabalha atualmente na elaboração de um novo guia de orientação que abordará, entre outros temas, os impactos da reforma tributária nas entidades sem fins lucrativos. Além disso, a entidade prevê a realização de um seminário ainda neste ano para debater os principais desafios do setor.

Medeiros avalia ainda que o período de transição poderá abrir novas oportunidades de atuação para escritórios de Contabilidade e consultorias especializadas. A demanda por orientação técnica deve crescer à medida que organizações busquem adequar processos, sistemas e rotinas às exigências da CBS e do IBS.

Com o início gradual da implementação do novo modelo tributário previsto para 2026, o coordenador reforça que acompanhar a regulamentação complementar e as adaptações dos sistemas eletrônicos será indispensável nos próximos anos. “Os profissionais da Contabilidade terão papel essencial na orientação das organizações, especialmente no Terceiro Setor, contribuindo para que as mudanças sejam implementadas com segurança e responsabilidade”, pontua.



FREEPIK/DIVULGAÇÃO/JC